Município
Palmela
Assembleia Municipal

# Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
## Realizada no dia 24 de janeiro de 2019
## Ata N.º 14

No dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO UM –** Transferência de competências para as autarquias locas e para as entidades intermunicipais.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sra. Helena Maria Braz Almeida Matos Gaspar.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS,** Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, justificou ausência à sessão tendo a falta sido considerada justificada, fazendo-se substituir pela **Sra. Helena Maria Braz Almeida Gaspar,** Secretária do Executivo, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, acho que estamos então todos prontos para começar a nossa sessão. Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caras e caros trabalhadores da Câmara Municipal, Sras. jornalistas, Srs. munícipes, boa noite a todos.

Vamos dar início à nossa sessão trata-se da primeira sessão do ano, como todos sabemos é uma sessão extraordinária, e uma vez que hoje é a primeira vez que alguns de nós nos encontramos espero que todos tenham entrado bem o novo ano, sobretudo de boa saúde. Esta sessão sendo extraordinária, não tem período de antes da ordem do dia e teremos apenas, para além da proposta única que constitui a ordem de trabalhos que apreciar e votar duas atas.

Deste modo pergunto, às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, se há questões a colocar sobre as atas que temos em aprovação, trata-se da ata número doze, da reunião de vinte e oito de novembro, e da ata número treze, da reunião de seis de dezembro.

Não há questões?

Não havendo, votamos."

**A Ata número doze, de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (treze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).**

**A Ata número treze, de seis de dezembro de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (treze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).**

**<u>Período da Ordem do Dia</u>**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Entramos diretamente na nossa a ordem de trabalhos, no ponto único, trata-se de uma deliberação que já aqui trouxemos no ano anterior por força da redação da lei, refiro-me à questão da transferência de

competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, quando é esse o caso, e da necessidade das autarquias se pronunciarem em caso de não-aceitação dessas competências.

Eu convidava o Sr. Presidente da Câmara para apresentar a proposta, que foi apresentada e votada na Câmara Municipal, e obviamente aduzir as suas justificações."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:54 horas.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:54 horas.

**PONTO UM – Transferência de competências para as autarquias locas e para as entidades intermunicipais**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, boa noite a todas e a todos.

Saúdo as Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia e naturalmente V. Exa., e restante Mesa, comunicação social, trabalhadores do município e a munícipe que nos acompanha.

Passaria a ler o fundamental da proposta, para além deste enquadramento da identificação da Lei das Finanças Locais, que foi depois alterada, e da Lei da transferência de competências para as autarquias locais a cinquenta de dois mil e dezoito.

Como já havíamos dito numa tomada de posição anterior, estas mexidas legislativas confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e sobretudo à resposta aos problemas das populações.

Na proposta voltamos a chamar à colação aquilo que, já na altura, o Sr. Presidente da República, no ato de promulgação referiu como riscos associados então à legislação, à cinquenta de dois mil e dezoito, e passo a citar: "A sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas e o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas."

Em nosso entender por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.

Depois acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local, assim é em vários diplomas setoriais não em todos mas em muitos deles.

Todo o processo que, aliás, conduziu à lei cinquenta de dois mil e dezoito, com algumas incongruências no texto da lei, acabou por ter expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, em que acabaram por ser rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo de Financiamento de Descentralização, que remetia (abusivo e legalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros, tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara rejeição da Assembleia à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício de competências que, de acordo com muitos deputados e muitos juristas, deve de ser uma competência da própria Assembleia da República, só pode ser lido como um impedimento à sua

concretização em dois mil e dezanove. Para além das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.

Permita-me um comentário, porque vários autarcas têm recebido recados, pressões, telefonemas, eu próprio este fim de semana acompanhei autarcas de diversas cores políticas numa missão trabalho e assisti à troca de conversas e telefonemas, há, de facto, um compromisso do Sr. Secretário de Estado, que foi também enviado para Associação Nacional de Municípios e que chega em primeira instância a autarcas da mesma cor política do Governo, de que hão de sair os documentos e que em abril estará clarificado e identificado o financiamento, mas penso que isto não faz sentido. Só fará sentido, eventualmente, quando tudo isto estiver clarificado que se possa, em definitivo, aferir e aquilatar do alcance das implicações, das consequências, dos custos, da efetiva assunção de novas competências.

A lei cinquenta, previa então que para cada área haveria de sair decretos-lei a aprovar pelo Conselho de Ministros e estabelecia que isto se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas Assembleias, comunicando a sua opção a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, até quinze de setembro de dois mil e dezoito as autarquias que não pretendam a transferência em dois mil e dezanove, até trinta de junho de dois mil e dezanove as autarquias que não pretendam a transferência em dois mil e vinte e a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e um a lei considera transferidas todas as competências.

Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre várias autarquias, invocando interpretações abusivas à legislação ou dando tanto como inútil as deliberações que a própria lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competências, se acomodassem à operação desencadeada na altura pelo Ministério da Administração Interna e tenham decidido não se pronunciar.

A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas, organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação em cada um dos decretos-lei), deviam ter conduzido a que, responsavelmente, e na defesa dos interesses quer da autarquia, quer da população, se rejeitasse a assunção a partir de um de janeiro de dois mil e dezanove, das novas competências.

No caso do Município de Palmela foi isso que fizemos responsavelmente. A justeza da decisão vem a ser confirmada pelos desenvolvimentos do processo designadamente com a publicação dos diplomas setoriais, onde há várias situações omissas, a própria natureza dos diplomas, a sua redação recomendam que, sem prejuízo da deliberação adotada em setembro, se confirme de novo - agora já não apenas referente à recusa da assunção de competências em dois mil e dezanove, mas também para dois mil e vinte - a clara posição deste município face ao processo.

Assim e atendendo a estes considerandos e outros que procurarei aduzir na discussão, quer eu, quer certamente as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, o que a Câmara aprovou foi propor à Assembleia que,

a) Delibere:

- Rejeitar, reafirmando a deliberação legalmente adotado em setembro de dois mil e dezoito, a assunção, em dois mil e dezanove, das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais. E depois temos aqui todos os decretos-lei setoriais, pelos domínios de intervenção, faltam aqui três ainda de grande peso e outros, mas para já são estes que estão publicados e que, simultaneamente, para além da rejeição de toda esta listagem,

b) Reclame:

- Da Assembleia da República que delibere no processo de apreciação parlamentar já requerido a cessação de vigência destes diplomas;

- O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;

- A reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;

- O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que já são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos, e eu nesta matéria quero recordar que todos os anos assistimos ao incumprimento da própria Lei das Finanças Locais com cláusulas de travão no que diz respeito àquilo que deveríamos receber do Orçamento Geral do Estado;

- A identificação no domínio da transferência de novas competências, das que, se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados ao não mero protesto da desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.

c) Reafirmar a não-aceitação da transferência de competências em dois mil e dezanove nos termos da legislação aplicável.

De facto, permitia-me, ainda, aqui aduzir duas ou três linhas de argumentação. São, dia após dia, cada vez mais os municípios de todas as áreas políticas, ao contrário daquilo que é referido e que já foi até objeto de linha de argumentação nalguns debates que são apenas autarquias duma determinada área política, nomeadamente da CDU, até falam as vinte e quatro câmaras da CDU que já votaram todas contra, por acaso algumas ainda nem sequer se pronunciaram mas estão a votar, mas para dizer que nos chegam de norte a sul do país notícias e já ultrapassa, pelo menos o que eu conheço, as cinquenta câmaras e assembleias municipais que já deliberaram no sentido da rejeição destas novas competências. Há também umas dezenas que aceitaram apenas duas ou três competências mas, de uma maneira geral, de acordo certamente, também, com as especificidades do território e as características da administração junto de alguns pontos do país há, de facto, uma ideia generalizada de que há aqui uma insatisfação enorme porque, de uma maneira geral, todos somos a favor de uma efetiva descentralização, não uma descentralização de tarefas mas sim de competências, e que todos queremos exerce-las sendo conhecedores e tendo acesso aos meios financeiros, técnicos e humanos, para podermos concretizar melhor do que aquilo que a administração central hoje faz nestas áreas.

A generalidade dos autarcas não encontrei ainda nenhum não pensasse assim, agora em todas as forças políticas tenho encontrado enorme insatisfação com o processo por falta de clareza, por falta de rigor, por falta de discussão, há até municípios, não são os da minha área política, que admitem, inclusivamente, face a algumas posições que também dão o dito por não dito, de uma semana para a outra, da própria Associação Nacional de Municípios, saírem da Associação Nacional de Municípios, estou-me a lembrar do Porto, estou-me a lembrar de Sintra, a câmara socialista que rejeitou todas as competências que já teve, inclusivamente, a experiência de ter algumas competências delegadas e que chegou à conclusão que, sem conhecer outras condições e outros meios, não há condições para assumir essas competências. Boticas, na área do Partido Socialista há muitas, estive com Lagoa, por unanimidade rejeitou, Alcochete, enfim, há, de facto, muitas dúvidas, vários partidos na Assembleia da República, sem citar nenhum em particular, fizeram baixar a apreciação parlamentar, esta questão do financiamento que tem que ser clarificado, levando a que o Governo defina objetivamente que recursos é que transfere para cada uma das competências e, de facto, nós entendemos que não há condições para passar cheques em branco nem para assinar de cruz. A este propósito uma pessoa em que certamente muita gente, sobretudo aqueles que já não há alguns anos ligados às questões do Poder Local, se tem inspirado até do ponto de vista do estudo, pessoa que esteve ligada a universidades, ao CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica, etc., e que é hoje no Conselho de Europa perito em Direito das Autarquias Locais, acaba por reafirmar, estudando tudo aquilo que se tem estado a passar em Portugal nesta matéria, que estamos aqui, se calhar, a perder uma oportunidade de fazer uma coisa como deve de ser e reafirma que descentralizar funções estatais à margem de uma reforma estrutural do financiamento das autarquias só acaba por nos retirar capacidade negocial e apenas nos

confere a possibilidade de gerir pessoal e de sermos meros tarefeiros e para além de poder fazer abortar uma efetiva descentralização por falta também da clarificação das questões do financiamento.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não quero gastar ainda todos os cartuchos mas, no fundamental, concluiria a apresentação da proposta, referindo que precisamos ver para crer, como São Tomé, aquilo que o Governo tem para apresentar mesmo naquelas competências, que lá está, que são de mera natureza administrativa e que dá a sensação "…*vocês agora até podem tratar aí de umas coisas de jogos e disto e daquilo e ficam com as receitas…",* uns que dizem que são muito grandes, mentira nós não temos cá corridas de cavalos, nem temos casinos. Toda a gente se esquece que tudo isso implica fiscalização, implica trabalho administrativo, implica recursos humanos e nós ainda não percebemos se vamos receber os mais sete e meio por cento, em média, de financiamento da Lei das Finanças Locais do que recebemos quando toda a gente reconhece que somos dos países da Europa onde o financiamento do Poder Local está em percentagens vergonhosas, e por outro lado, noutras competências que parecem até, também, às vezes querer fazer ver que "…*não mas vocês até já fazem…"* como temos na Loja do Cidadão ou "*…vocês até já têm isso…"* como é as equipas de intervenção permanente, desculpem mas não é nada assim, porque aquilo que está definido com as equipas de intervenção permanente não implica pagar os cem por cento das despesas, para além de estarem em causa outra outras questões e, portanto, enquanto nós não vermos esta questão do financiamento clarificada, já começámos a perceber melhor e mesmo assim ainda não é claro o alcance de alguns diplomas setoriais, de como fazer, de como operacionalizar, fica tudo depois para regulamentar ou para depois vir o pacote, quase o livro de instruções, o software, trabalha lá para a gente com estas regras que a gente, se calhar, não faz regras nenhumas, possivelmente decidimos muito pouco, apenas executamos, é o que está pressuposto aqui.

Depois há aqui outras matérias como as questões das freguesias, com a questão da regionalização, o Estado precisava de uma reforma efetivamente descentralizadora, mas que constituísse um pilar para o futuro e não um mero arrevesado de algumas tarefas que, possivelmente, vão depois comprometer a capacidade de resposta dos municípios mesmo nas competências e nas atribuições que já têm no momento, que já são hoje subfinanciadas e certamente teremos problemas se não conseguirmos ver a clarificação do financiamento, sobretudo este aspeto parece-nos ser determinante no estado atual do conhecimento dos diplomas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre a nossa proposta, quem deseja usar da palavra?

Tem a palavra Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia, Sras. Membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, técnicos do município, público presente, Srs. jornalistas, boa noite a todos.

Não pensei que o Sr. Presidente começasse por tentar aqui trazer mais uma vez o Presidente da República como o fez em setembro, poderíamos repetir era só ler as atas e tentar perceber o que é que se o Presidente da República disse numa determinada origem e numa determinada direção e aquilo que disse numa outra direção.

Aquilo que temos hoje aqui presente, e congratulo-mo pelo facto do Sr. Presidente de Câmara não ter recebido nenhum telefonema de nenhum ministro durante este fim de semana, é bom sinal, para mim pelo menos, mas quero-lhe dizer que quando se refere que há muitas câmaras do Partido Socialista que não

estão a aderir é evidente que haverá muitas câmaras do Partido Socialista que não estão a aderir, não há objetivamente, hoje, um conhecimento profundo de todo este processo. Claro Sr. Vereador, claro que não há um conhecimento profundo de todo este processo, agora há um reiterar de uma posição, diria, não gosto da palavra ideológica porque acho que tem muita coisa por demais, mas há aqui uma proposição dogmática que, aliás, o "PÚBLICO" refere na sua edição do dia vinte e dois, quando fala em que recusaram competências Alcácer do Sal, Moita, Seixal, Silves e Sobral de Monte Agraço, na maioria CDU, mas devem decidir no mesmo sentido os restantes dezanove município da coligação liderada pelo PCP. Pois é verdade, é isso que vai acontecer aliás, as propostas, é simples basta comparar a de Alcácer com a da Moita, com a de Sesimbra, Sesimbra um bocadinho diferente e chegar à de Palmela. É evidente que o PS tem cento e cinquenta e oito municípios e nesses cento e cinquenta e oito, haverá objetivamente uma multiplicidade de intervenções, de intenções, de posturas, de realidades, porque muitas destas coisas, como se o Sr. Presidente Câmara disse, já são hoje exercidas pelos próprios municípios e são-no por sua livre e espontânea vontade, há aqui questões que são antes de todo este processo. O senhor diz: *"Ah! Este é um processo que não foi discutido."*, peço desculpa Sr. Presidente da Câmara, a lei quadro esteve ano e meio no Parlamento, ano e meio no Parlamento, teve um grande nível de participação e houve aqui discussão à volta desta lei, claro que não serve todos, não está completada, nós neste país temos uma questão fantástica que é legislamos muito e depois regulamentamos um pouco menos e temos aqui estas dificuldades. Agora aquilo que a mim me preocupa é a atitude política, que até passou por uma pequena artimanha que foi dizer "*…bem, nós não aceitamos em dois mil e dezanove, em dois mil e vinte logo vimos…*" quando sabemos que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente de Câmara vão marcar, antes de junho, uma assembleia exatamente para decidir essas matérias, portanto, houve aqui uma artimanha conjuntural, diria, para que tudo isto pudesse ser feito de outra forma.

Mas diria mais, diria que a descentralização, e eu sempre ouvi estas questões, muito até da Bancada da CDU, que a descentralização aumenta o escrutínio, melhora a decisão, melhora a participação, e consequentemente a democracia, que um euro no Estado são quatro euros nas Autarquias, sempre ouvimos muito isto, sete? Pronto, devem ser os últimos estudos. Seis? Depende de quem faz o estudo, sabe, e isso é como aqueles pacotes que saem nos jornais depende também de quem encomenda. Esta descentralização tem estas relevantes, diria eu, atribuições e se nós tivéssemos hoje aqui a discutir que não aceitamos algumas das matérias que são mais conflituais, mais complicadas, que exigem da parte do município um estar diferente, uma preparação que me parece que Palmela não tem, enquanto Setúbal e Sesimbra, por exemplo, já fizeram reorganizações administrativas nos seus serviços, Palmela continua à espera. Temos aqui esta linha de pensamento, político, da Câmara de Palmela que chega a um ponto que diz não, não queremos nada e é evidente que o Partido Socialista entenderia que Palmela não quisesse algumas das matérias que estão hoje aqui em discussão, mas entende que há outras que teria todo o interesse, que as populações teriam todo o interesse, em que Palmela pudesse ser um dos municípios que se chega à frente.

Não é compaginável com o concelho que temos que só em dois mil e vinte e um tenhamos estas atribuições, e depois como é que vamos fazer? Quem é que está preparado? Ou o senhor ainda pensa, ainda tem a forte convicção de que a Assembleia da República vai legislar em contrário? Há aqui alguns aspetos que teríamos aqui que tomar em linha de conta. Confunde-se muitas vezes, nos discursos, a questão da descentralização com a desconcentração, mas não entraria por aí.

No Conselho Diretivo da Associação Nacional Municípios, esta proposta foi aprovada com dezasseis votos a favor e um contra, penso que não me enganei, não é propriamente na Associação Nacional Municípios que as questões estão levantadas de uma forma tão acérrima, diria eu. Eu entendo, e nós entendemos, que há matérias que precisam de clarificação e o senhor disse claramente, agora se nestas questões precisamos de tanto a clarificação, imaginem quando sair a ação social, quando sair a educação, quando sair a saúde, os senhores vão ter que fazer um curso, com certeza, não sei muito bem onde para conseguir discernir o que lá vem, porque essas são matérias claramente muito mais aflitivas para nós, para todos, e eu aí estou-me a incluir, eu não estou fora da preocupação, vamos perceber as coisas, estou é a perceber que essa preocupação está a ser empurrada com a barriga para a frente, e não vamos ter depois capacidade para agir, eu acho que o município não fica preparado claramente a este nível.

Precisaríamos, eu não sei se os Srs. Vereadores conhecem, a Assembleia Municipal não conhece, de se conhecer que tipo de impactos estas alterações trazem ao município nas diferentes áreas. Eu não conheço, a

Assembleia Municipal, volto a dizer, não conhece, os Vereadores não sei se conhecem, o que é facto é que precisaríamos de ter mais informação para poder discernir melhor e avaliar melhor.

Esta discussão o senhor, por vezes, diz que a discussão não é tão séria quanto poderia, enfim, coloca aqui algumas referências a este nível. Eu penso que esta discussão é tão séria quanto séria é a discussão em termos de Assembleia da República que permite a maioria parlamentar. É uma discussão feita com pessoas que se entendem sobre diferentes matérias, não sobre todas, e que pretendem de alguma maneira que o que prevaleça seja o bem-estar comum. Aqui, por vezes, parece que não é isso que está em causa, parece que o que está em causa é discernir e atacar uma posição política que tem falhas, como eu referi inicialmente e o Sr. Vereador Adilo teve ocasião de aceder e afirmar com a cabeça, e aquilo que me preocupa é o facto de estarmos a continuar à espera. E estando à espera, quando o senhor sabe tão bem quanto eu que há estudos, desde dois mil e cinco, que identificam as competências que podiam ser assumidas pelos municípios, etc., etc., e com esta decisão Palmela eu penso que não ganha nada, fica para trás a este nível, segue uma linha política orientada, não há dúvida sobre isso, mas Palmela fica para trás, a população, eventualmente, ficará preterida nalgumas matérias e há uma coisa que não me satisfaz é a ineficácia da nossa intervenção, dizer única e exclusivamente que não hoje, dizer única e exclusivamente que não em junho, queda-nos a uma posição que não é de perceber, estando dentro, como se passa. Aquilo que o Sr. Presidente aqui disse, são inferências de muita gente, que muita gente as faz, e muitas com muita acuidade, mas muitas carecem, efetivamente, de poder ser mensuráveis.

Esta proposta não nos satisfaz e votaremos, naturalmente, contra.

Muto obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora eu neste caso prático irei dizer, não ainda o sentido de voto da bancada, mas irei frisar algumas posições neste caso mais até em relação ao CDS, depois o Colin se quiser frisará em relação ao PSD, porque temos aqui algumas nuances, embora concordemos nalgumas coisas.

Efetivamente o processo legislativo desta descentralização, como ponto da situação temos este prazo agora, depois teremos o de junho, há pedidos de apreciação parlamentar dos diplomas todos por parte do PCP e do BE, por parte do CDS há pedidos de apreciação parlamentar de sete decretos-lei já todos publicados.

Ora bem, o que é que nos parece a nós isto? Sempre defendemos a descentralização, mas não no sentido em que ela está a ser feita porque temos manifestado sérias dúvidas quanto ao pretenso modelo descentralizador que o Governo criou, designadamente pelo facto de ele ser imposto de cima para baixo e sem a necessária consensualização prévia com as autarquias, ou seja a consensualização parece que foi com a Associação Nacional de Municípios, muitas vezes com desconhecimento da própria Assembleia da República o que em termos parlamentares também não me parece correto.

Deste modo no que diz respeito ao CDS, face aos diplomas sectoriais, foram requeridas audições já aprovadas em comissão, com a abstenção do PS, de várias entidades, os Srs. Ministros da Administração Interna e das Finanças, a Associação dos Municípios Portugueses, (e se bem se lembram também eu aqui disse que gostávamos de ter a presença de alguém da AML nesta Assembleia para que nos pudesse esclarecer – na área da mobilidade e transportes), da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, do Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, do Porto e dos Presidentes das Comunidades Intermunicipais.

Gostávamos de saber como é que é esta negociação ou seja, impositivamente em dois mil e vinte e um a lei obriga a todas estas competências para os municípios o que nos parece, (e aí se fosse da nossa cor diríamos o mesmo, sabem bem nesta Assembleia quando temos que dizer, dizemos mesmo dos nossos), o fundo de

descentralização previsto na Lei das Finanças Locais que devia ter sido aprovado, foi chumbado. Como é que, de acordo com o relatório elaborado pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais entregue à Associação Nacional de Municípios, e agora até falando daqui para o colega José Carlos, o Governo quer transferir para o poder local oitocentos e oitenta e nove vírgula sete milhões de euros dos quais, se não mudarem de ideias entretanto, setecentos e noventa e sete milhões são para a educação a distribuir por trezentos e oito municípios. Na saúde, a estimativa é de oitenta e três milhões, na habitação de sete vírgula seis, se não mudarem entretanto, para a cultura, um vírgula um milhões. Contudo, e aí permita-me discordar do José Carlos, estes valores não cobrem os gastos que as autarquias vão ter com as novas competências. É evidente, por exemplo, a começar pela área da educação com o parque escolar degradado. Com isto, face ao Fundo de Financiamento da Descentralização consideramos que ele é o opaco, insuficiente para as necessidades que visa acautelar e deixa a cargo das autarquias, deixa-as a braços, com as responsabilidades que o Estado parece querer livrar-se, não dotando as autarquias dos necessários meios materiais e humanos imprescindíveis ao desenvolvimento destas competências. É por isso que dizemos que isto está feito ao contrário, está de cima para baixo, sem serem ouvidas as autarquias e só as entidades municipais superiores.

Como tal, não nos parece que isto até seja uma questão só partidária, é um caminho errado e como tal a lei devia prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros, isso é que era uma negociação séria com os municípios. Além dos estudos que deviam ter sido promovidos embora, existindo alguns, com equipas técnicas multidisciplinares, porque os próprios concelhos a nível de Portugal há concelhos muito diferentes, independentemente dos partidos políticos que estão nos seus executivos. E aqui Palmela nós sabemos a dimensão territorial de Palmela, sabemos também já muitas vezes da dificuldade do exercício até das próprias juntas nas suas competências por falta de meios, eu aqui terei que falar pelo CDS, embora estando na Coligação, não passamos cheques em branco ao Governo, mas nem a este nem a um que fosse da nossa cor, pois diríamos o mesmo. Enquanto isto não for totalmente esclarecido e se basear numa negociação que quase se fez à porta fechada com a Associação Nacional de Municípios não consideramos isto uma descentralização séria. Há municípios que com mais poder económico como, por exemplo, o caso de Cascais que até da cor da nossa Coligação e que aceita, são municípios que não são comparáveis com outros mais pequenos que até tecnicamente não têm muitos dos técnicos para exercer estas competências.

A Associação Nacional de Municípios, representando e aprovando tudo algo que bem queira, a verdade é que também não desce ao terreno, não veio, com certeza, ou os municípios não conseguiram transmitir a sua mensagem. Há muitos municípios dos vários partidos, há uns que aceitam competências, uma ou duas, há outros que não aceitam nenhuma, não me parece que isto de ser uma questão partidária mas uma questão de execução. Eu nestas coisas diria que num universo de duzentos e setenta e oito municípios e vinte e três entidades intermunicipais, há muitas mesmo socialistas que já decidiram rejeitar as competências em dois mil e dezanove, onde se inclui Sintra e Vila Nova de Gaia, e há outras mesmo do PS que aceitaram algumas das novas atribuições.

No que diz respeito a nós CDS, como isto está ainda em estudo parlamentar, não damos luz verde a este tipo de descentralização pela ausência da clara definição da transferência de verbas para o exercício das novas funções, e somos coerentes porque o próprio PS quanto houve aí umas pequenas propostas até para, salvo erro, para a saúde já no anterior Governo, aqui também defenderam não aceitar porque consideravam não haver verbas suficientes mas, pelo menos, sabia-se o que ia ser transferido. Agora aqui é mesmo às cegas aí é um bocadinho, pode ser que no futuro venha a ser clarificado, mas isto é, como diz o José Carlos, primeiro legisla-se depois regulamenta-se, mas quando a legislação é boa e bem-feita mesmo que necessite de regulamentação tem lá o essencial e o essencial nesta legislação não está, esta é que é a verdade. Sendo assim, nós também defendemos que seja o Estado então a exercer as suas competências enquanto não clarificar tudo isso. Isto é a posição do CDS.

Relativamente ao voto quero aqui dizer que, não concordando bem com a proposta da CDU num aspeto e digo já qual é, quando reclamam aqui, porque aqui esta parte também é política, na criação das regiões administrativas, isto é um debate que tem que ser feito também a nível nacional e que aqui nesta proposta, embora eu perceba a posição do PCP, nós não vemos contido aqui, bem como a reposição das freguesias, porque consideramos que isto pode estar tudo interligado mas o que está aqui em causa, neste momento, são os diplomas e é por isso que no que me diz respeito irei abster-me face a esta proposta, mas quero

deixar aqui bem claro que comungamos das preocupações que o Sr. Presidente aqui apresentou e das que eu também aduzi e outras que aí virão, porque quando as coisas não são bem esclarecidas não me venham dizer que isto é descentralização.

No que toca à posição do CDS é esta a nossa posição e por isso houve pedidos de apreciação parlamentar e de alteração. Se não forem aceites, consideramos que também a Associação Nacional de Municípios deve reunir com todo os Municípios, pois negoceia-se com entidades onde estão Municípios representados, mas os Municípios acabam por não ter a palavra essencial e são eles que vão exercer as competências, se assim o quiserem. Não comungo pois da posição do PS e com coerência penso que dei a posição do CDS."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou agora a palavra ao Movimento Independente, Sra. Membro da Assembleia Maria Luisa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite Sra. Presidente, boa noite a todo o executivo, colegas de bancada, a comunicação social e todos os presentes aqui na sala.

Bem, eu vou tentar explicar o mais sintético possível e o mais claro possível a posição do Movimento.

Vou iniciar o meu discurso, vou retroagir o meu discurso para a Assembleia que existiu aqui há algum tempo em que o Movimento foi de todo comungado com a posição do PCP no sentido da preocupação de ser transferida todas estas competências sem haver efetivamente a claridade, o esclarecimento necessário, a que isto abarca e eu lembro-me que, nesse momento, a nossa posição foi, efetivamente, concordar com o PCP no sentido de todas estas preocupações.

Contudo, neste momento, e atendendo a uma análise mais profunda sobre tudo o que está legislado, e continuo a dizer, Sr. Presidente que o Movimento está preocupado exatamente no sentido que o Sr. Presidente está em que todas estas transferências de competências com certeza que vão causar impacto abalador para toda a execução que lhe vai ser atribuída, vai com certeza criar alguns constrangimentos, vai criar dificuldades a nível técnico, de pessoal, de meios mecânicos, todos eles, mas analisando, o Movimento interpreta a situação no seguinte: Sendo a Câmara de Palmela, tal qual como o Sr. Presidente já o disse várias vezes, uma câmara inovadora, pró-ativa, dinâmica, que abraça os projetos sendo uma referência a nível nacional deverá, com certeza, não ter medo ou estar acanhada no sentido de abraçar todas estas transferências com alguma antecedência. Isto com toda a sinceridade não se trata aqui de cor política, Sr. Presidente, trata-se aqui de o Movimento entender que V. Exas. vão conseguir, com certeza, ter um preparo, um trabalho intelectual com cabeça tronco e membros, para abraçar estas competências no sentido em que todas elas vão ter que ser obrigatórias a partir de dois mil e vinte e um, se não o fossem o Movimento estava já dizer que seguia a vossa posição, mas atendendo em que nós podemos protelar para o ano seguinte, e depois protelamos para o ano seguinte, e depois protelamos para o ano seguinte, e em dois mil e vinte e um o senhor está com o menino nos braços, com as transferências todas sem qualquer estruturas e infraestruturas de meios humanos, de todos os meios que são necessários para uma boa execução. Sendo vocês, executivo de Câmara, que estão tão bem vistos a nível nacional, e isto não é com ar irónico, porque não estou aqui para ironizar, respeitando o vosso trabalho que tem, efetivamente, uma qualidade a nível nacional, que são proactivos, que são inovadores, não devem de ter medo de abraçar isto

paulatinamente, até porque têm todo o tempo, e com a capacidade técnica que vocês têm do executivo de que faz parte e de todos os órgãos e de todos os trabalhadores que fazem parte da câmara, de conseguir fazer um trabalho, com certeza, com muita qualidade e não receber tudo em dois mil e vinte e um, e depois? Isto é complicadíssimo, isto foi uma reflexão que o Movimento fez. A nossa posição nessa assembleia em que eu lembro-me até de um de um termo que disse que era demasiado incipiente, e eu até disse, e disse, e continuo a dizer que o PS quer transferir para as câmaras aquilo que não é capaz de fazer, aquilo que iria manchar ou tornar menos bom o desempenho deles no Governo e querem transferir para as câmaras, limpar aquilo que a eles não lhes dá louros, eu lembro-me perfeitamente de tudo isto.

Agora de uma forma completamente desinteressada, sem cor política, a pensar nos munícipes, Sr. Presidente, a pensar nos munícipes, a pensar no bem-estar, no trabalho de qualidade, provavelmente que vai ser muito mais próximo, com certeza, as preocupações é muito mais fácil chegar a uma câmara e tentar apresentar as preocupações do que ir para uma assembleia. Provavelmente, vive-se de uma forma mais próxima e também não há lugar melhor que é a câmara conhecer todas as dificuldades que esta extensão enorme do concelho de Palmela tem. Eu sei que o senhor sabe, sabe o senhor sabe e sabe o seu executivo, vocês conhecem profundamente, fazem o vosso trabalho e sabem quais são as dificuldades. Há aqui coisas, nomeadamente, vou tentar aqui referir duas ou três que é de todo interesse, a transferência das competências dos órgãos municipais no domínio da habitação, não é o Governo, não é o Poder Central que sabe o que se passa aqui connosco, não é a gestão do imobiliário público sem utilização, Sr. Presidente, não é o domínio do estacionamento, não é o apoio aos imigrantes e aos centros locais de apoio à integração de imigrantes. e outros mais. Isto para vocês, na minha opinião e nós somos tão novos o Movimento aqui, mas tentamos fazer o melhor que sabemos e o melhor que podemos, deve de ser *"peanuts"*, porque vocês têm capacidade para isto tudo e muito mais. O nosso sentido de voto, e não me alongando e, com certeza, que vai haver oportunidades para nós falarmos melhor de certeza absoluta, o Movimento Independente quer o melhor para o concelho e quer o melhor para os munícipes. Atendendo que isto é uma obrigatoriedade, que se note bem a posição do Movimento tem como matriz principal, isto, como é uma obrigatoriedade para dois mil e vinte e um receber isto, sem qualquer possibilidade de recusa, então recebam-no antes para se prepararem, paulatinamente vão recebendo para se prepararem, e fazer um trabalho de qualidade, caso não fosse esta imposição o Movimento estava par a par com o executivo, era para chumbar.

Neste momento, nós vamos então votar contra a vossa proposta sendo estas as motivações e aquilo em que nós acreditamos que será, com certeza, um trabalho que vocês o vão fazer e vão realizar bem, com certeza a muito custo mas vão conseguir fazer um bom trabalho e é só uma questão de poder aceitá-lo paulatinamente.

Tenho dito, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou agora a palavra à CDU, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimento todos através da Sra. Presidente.

Começava pelo seguinte, nesta primeira assembleia, que é extraordinária, falar de uma matéria destas e no princípio do ano tenho que dizer, com toda a frontalidade, que comecei a ficar muito entusiasmado com a intervenção da Bancada do Partido Socialista, através do José Carlos a fazer uma boa intervenção e estava-me a entusiasmar de tal maneira que, às páginas tantas, já não sabia onde é que estava mas, depois, o José Carlos, desculpem a expressão, estragou tudo e refere que neste processo objetivamente não há um conhecimento geral, mas depois refere as câmaras do Partido Socialista que ainda não se pronunciaram e outras que se pronunciaram favoravelmente. Eu tenho a impressão que o melhor é o José Carlos reunir com as outras autarquias e dar a lição aos outros, porque a mim não me ajudou absolutamente nada.

Agora eu creio que há aqui uma questão fundamental que nós devíamos de analisar. Nós hoje estamos aqui para analisar onze diplomas regulamentares já saídos, mas eu creio que nós em consciência devíamos conhecer muito bem estes projetos e nós conhecemos os projetos, conhecemos, trabalhámos, analisámos, aprofundámos. Mas uma coisa que a gente tem, ao analisar seja qual for o projeto, não usamos taxativamente uma questão que agora a oposição está muito interessada e muito preocupada, é que falam sempre nas populações, na defesa das populações, curiosamente, mas, se calhar, não conhecem os processos e não sabem como é que isto depois seria aplicado na prática e qual era o benefício em muita parte disto que as populações iriam ter. Era importante que nós também tivéssemos isso em conta, para nós e nós sabemos perfeitamente que se não houvesse pronúncias, e algumas que não o fizeram e que não estão a fazer, na nossa opinião que é mau, sobre os mesmos a sua aplicação tem a retroatividade a partir do mês corrente, ou seja a partir de janeiro de dois mil e dezanove.

Fazer, para nós, transferência de competências sem qualquer contrapartidas, que é isto que está, não há contrapartidas, não há coerência enquanto se faz estes estes projetos a dizer qual é as contrapartidas práticas para serem aplicadas, não há contrapartidas orçamentais e, portanto, nós temos que dizer, isto não é ético, não é sério e não defende o interesse público. Não venham com a conversa da treta dizendo que as populações são beneficiadas com esta transferência de competências, não usem as populações como arma de arremesso contra o Poder Local Democrático, isto é que é importante, nós termos isto em conta e há quem esteja a fazê-lo.

Creio que, em sede de aprovação do Orçamento Geral do Estado, a Assembleia da República rejeitou as normas relativas à dotação do FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização porque, abusivamente, remetia a afetação de meios financeiros para diplomas gerais e a aprovar posteriormente, primeiro aplica-se e depois faz-se. Faz-me lembrar um ditado que todos nós conhecemos como se costuma dizer: "*Olha, vamos viajar primeiro e depois pagamos*", isto é a mesma coisa do que viajar primeiro e depois pagar. Aqui não se paga depois, mas sim e estamos a falar em cheque em branco que querem passar às autarquias quando as autarquias já se encontram perante o subfinanciamento da Lei das Finanças Locais. Creio que era importante termos isto em conta por coerência política, por conhecimento e em defesa da autonomia do Poder Local, transparência na relação entre o Poder Local e o Poder Central, rigor no exercício dos cargos públicos, sentido de responsabilidade perante as populações, esta falta de dotação do FFD – Fundo de Financiamento da Descentralização, impede só por si que se aceite a descentralização de competências para o ano de dois mil e dezanove.

Nós, a CDU, e queria aqui quando falam, eu até gosto que falem, a Bancada do PCP é a Bancada do PCP, é a Bancada da CDU com o Partido Ecologista "Os Verdes" e com unitários, que estamos todos aqui no mesmo caminho e não é o PCP, é a força maioritária, mas é sim a CDU.

Não estamos sós nesta posição, exemplificamos até hoje, já foi dito e não é demais repetir, catorze municípios, de maioria do PS, recusaram a transferência de competências para dois mil e dezanove, Alcochete, Azambuja, Barcelos, Fafe, Matosinhos, Moura, Sintra e Vila Nova de Gaia, até hoje, possivelmente haverá mais, entre outros, e vinte e oito municípios como Mafra, Famalicão, Póvoa de Varzim, de maioria PSD, e Porto e Anadia, de maioria como independentes. Que fique aqui muito claro, a CDU defende uma verdadeira descentralização e consequentemente a regionalização, estamos com as populações, vamos continuar.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos e todas os/as presentes.

Sobre a transferência em dois mil e dezanove das competências previstas, e aqui não vale a pena dourar a pílula como PS e outros querem, isto não se trata de descentralização, trata-se simplesmente de uma transferência de competências do Estado para a democracia local, das competências previstas na lei número cinquenta de dois mil e dezoito.

Defendemos que a transferência de competências para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício, e não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado Central nas funções sociais de âmbito universal como a educação, saúde e cultura.

Considerando que o processo de transferência de competências, na sequência da publicação da lei número cinquenta de dois mil e dezoito de dezasseis de agosto, tem sofrido significativos atrasos na concreta definição das matérias a transferir e o montante do financiamento a atribuir a cada uma das autarquias locais, elemento fundamental no processo, permanece desconhecido.

Embora a descentralização democrática da Administração Pública constitua um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado, no artigo sexto número um da Constituição da República Portuguesa, a lei número cinquenta de dois mil e dezoito, resultou de um acordo apenas entre PS e o PSD e a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas.

Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, deve traduzir-se numa justa repartição de poderes entre o Estado e as autarquias locais para assegurar as melhores políticas públicas e a resolução dos problemas das pessoas e dos territórios. Essa transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros. Nunca se poderá aceitar que as autarquias locais invocando insuficiência de meios humanos, ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas pondo em causa o acesso universal pelas populações e promovendo a degradação do serviço publico. E é aqui que eu discordo, neste ponto, com o membro José Carlos Sousa quando diz que isto não se trata de uma questão ideológica, pois a concretizar-se esta ação de transferência de competências irá levar a um antigo desejo da direita, aqui o PS dá a mão, que é a de entregar a privados a concessão de serviços públicos essenciais para as populações como a saúde, a educação e a cultura, para nós isto é ideológico, é um antigo desejo de transferir para privados a gestão de questões essenciais.

Assim, o Grupo Municipal entende não aceitar a transferência para o Município de Palmela das competências previstas na lei número cinquenta de dois mil e dezoito no ano de dois mil e dezanove, como tal votamos a favor da proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia?

Sr. Presidente, tem a palavra."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria de fazer aqui, também, algumas considerações e algumas delas à guisa de esclarecimento.

Esta questão do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios ter votado genericamente a questão dos diplomas sectoriais, em primeiro lugar dizer que os pareceres da Associação Nacional de Municípios são solicitados, muitas vezes, contributos aos municípios para a melhoria de algumas propostas de lei, tanto projetos de lei, tanto projetos de diploma, etc., em prazo de dois três dias e isto dá-me a sensação que a direção da Associação Nacional de Municípios, que foi eleita no congresso após as eleições, num quadro de tentativa de não haver frações na Associação Nacional de Municípios, não sei até quando, a

prova é que a sua forma de atuação que é cada vez mais distante do sentir dos municípios poderá levar à perda de algum dos seus associados como, aliás, muitas câmaras ameaçam fazê-lo, não é o nosso caso, nós estaremos sempre lá para vincar a nossa posição, quando ela for aceite muito bem, se sair derrotada lá continuaremos a lutar, porque não é pelo facto de uma coisa ser injusta que nós vamos deixar de lhe dar luta, continuaremos lá. Mas, quero dizer-lhe que, aquilo que é censurável nalgumas posições da Associação Nacional de Municípios não é a sua apreciação de acordo na generalidade porque, publicamente, membros do Conselho Diretivo continuam a criticar os diplomas e a criticar sobretudo este problema do financiamento. Aquilo que a Associação Nacional de Municípios devia ter feito, e que vários municípios o reclamaram, era um congresso extraordinário para discutir este assunto, porque isto não é uma matéria qualquer. O senhor até me poderá dizer para algumas coisas serve as opiniões da Associação Nacional de Municípios para outras não serve, serve para aquilo que serve, mas o senhor não acha que uma matéria destas que é uma reforma que deveria ser uma verdadeira reforma do Estado e da Administração tinha que ter outra discussão, então andamos a dizer isto desde o mandato anterior e agora andamos a fazer aqui as coisas à pressa. O vosso Ministro Eduardo Cabrita prometeu a resolução das questões das freguesias para setembro do ano passado, estamos à espera, esta questão dos decretos também.

Olhe, já falo da Vala da Salgueirinha, já lhe falo, não fui eu que prometi, os seus Governos e o de outros partidos é que nunca resolveram e para aquilo andar tem que ser, naturalmente, o município a jogar mãos, mas eu já lhe respondo, eu já lhe respondo. Quando o senhor quiser discutir o processo da Ribeira da Salgueirinha eu dou-lhe dez de avanço, está bem? Porque eu nunca vi o senhor a tomar as posições que eu tomei, enquanto cidadão e enquanto autarca, em momentos decisivos da luta para a regularização da Ribeira da Salgueirinha, é como o Centro de Saúde e outras coisas, eu não o vi lá, não o vi lá, só o vi noutras alturas.

Prosseguindo, esta matéria merecia da Associação Nacional dos Municípios Portugueses outra análise se ela, efetivamente, se quer arrogar de representante dos municípios. Não está a ser, aliás este processo vai deixar marcas na Associação e nós, a nossa área política, sempre pugnou para que tudo na Associação Nacional de Municípios fosse aprovado por consenso, e por unanimidade, e o senhor informe-se e vai ver que temos sido nós que temos muitas vezes conseguido que os senhores e o PSD se entendam seja no Conselho Geral, seja no Conselho Diretivo.

A segunda questão tem que ver, de facto, com o tempo para negociar e para influenciar a decisão, é que já a posição que muitos municípios tomaram em setembro, já foi ganhadora, já obrigou o Governo a corrigir uma série de matérias, até nos diplomas sectoriais, é que os processos fazem-se com a discussão e com negociação e não com a imposição por causa de outro tipo de calendários políticos, esta é que é a matéria. E quero dizer-lhe, o senhor diz: "*Ah, eu gostava de conhecer os impactos e tal*…" quer dizer, nós estamos a dizer isso mesmo, o senhor diz que vamos ter que fazer um curso, então os senhores façam o curso para conhecer os impactos, se calhar quem ainda não fez o curso são os funcionários lá das Secretarias de Estado e da Administração que não conseguem mostrar aos municípios as contas, as contas quanto é que isso custa.

Quero dizer-lhe que Palmela não tem medo de novas competências, Palmela não fica, nem nunca ficou para trás, Palmela, aliás, nalgumas destas matérias tem pertencido a grupos de trabalho e as experiências piloto na área da Modernização Administrativa, mas não é por isso que aceita qualquer coisa, como os senhores querem que nós façamos, nós não aceitamos qualquer coisinha. Eu vou-lhe dar o exemplo, é que nós não aceitámos por chantagem do Governo, então do PSD/CDS, pagar cinquenta por cento do Centro de Saúde, como outros municípios vossos aceitaram, nós não aceitámos na transição do Governo com a Presidente da ARS-LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que entretanto, passou a Secretária de Estado, pagar trinta por cento, valeu a pena lutar. A obra do Centro de Saúde, sendo que o município deu terreno, sendo que o município vai pagar os arranjos exteriores e as infraestruturas, é paga integralmente por quem de direito. O Centro de Saúde é uma infraestrutura da responsabilidade do Estado Central, o dinheiro da autarquia faz falta para as suas competências, para as estradas, para os esgotos para a cultura, para o património, temos muita coisa a fazer. Nós não aceitámos fazer a obra da Ribeira da Salgueirinha que era uma competência do INAG – Instituto Nacional da Água, depois da Agência Portuguesa do Ambiente, nós levámos a que fosse feito um programa, um fundo, que, entretanto, já mudou de nome, que financie a obra, e mais acabámos de conseguir, porque esse fundo apenas pagava no limite até dois

milhões e quatrocentos mil euros, e porque já temos a informação do Sr. Secretário de Estado que os dois milhões e novecentos, que é aquilo que está estimado para a obra, venham a ter a comparticipação. Para isto é preciso negociar para fazer o melhor, para fazer bem, e é esta a posição que nós aqui temos, eu não tenho problemas em dois mil e vinte e um de aceitar, ou ter de aceitar, e nós cumpriremos a lei, vamos ver se em dois mil e vinte e um os decretos são estes e as condições são estas, a questão é essa. A questão é mesmo não aceitar qualquer coisa, e eu digo-lhe, eu tenho esta filosofia de vida, se nos recusarmos a aceitar qualquer coisa que não seja a melhor nós vamos conseguir, agora aceitar reparem é que há aqui falta até de leitura, se calhar, e de compreensão de alguns dos diplomas.

Sra. Membro da Assembleia Luisa Paulino, com toda a consideração, Centro de Apoio ao Imigrante, é que essas coisas já deviam existir e já existem, mas sabe onde é que elas estão? Não estão nas câmaras, agora vêm para as câmaras quer que lhe diga como é que fazem? Então mandam-nos um guia de instruções e um software e umas ligações aos gabinetes da Administração Central e agora, o Sr. Presidente da Câmara contrata o funcionário, ponho ao computador, crio um gabinete de atendimento, os custos de funcionamento, e recebo o quê? É que, inclusivamente, alguns dos senhores não estão a pensar noutras questões que alguns destes serviços vão sofrer, é que vão fechar serviços da Administração Central, é que vão ser despedidas pessoas da Administração Central, nalguns dos serviços administrativos isso vai acontecer, aliás se isso não acontecer esta é uma falsa reforma do Estado que não reduz despesa, porque se as pessoas ficam nos dois lados alguma coisa está mal, agora o que nós queremos clarificado afinal é quanto é que custa cada competência e se os municípios vão, efetivamente, ter as condições financeiras, porque as logísticas, as humanas, etc., vamos ter de as criar. Os municípios que estão hoje a dizer: "…*nós aceitamos tudo ou aceitamos esta ou aquela…*", com os sessenta a noventa dias que há para regulamentar, para transferir coisas, vão chegar ao final de dois mil e dezanove ainda não fizeram nada nestas competências e nós se, porventura, mudarmos de opinião relativamente a alguns diplomas sectoriais até junho, se calhar, vamos entrar com os diplomas em funcionamento no dia um de janeiro de dois mil e vinte, ao mesmo tempo do que aqueles que aceitaram já de bandeja qualquer coisa em dois mil e dezanove, estamos cá para depois ver o que é que vai acontecer.

O que vos quero dizer, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, é que nós não mordemos o isco e esta coisa "…*isto é tudo melhor para as pessoas…*", possivelmente nalgumas matérias os cidadãos vão considerar "…*ah, isto está mais próximo e mais fácil de resolver…*", mas vão sentir problemas, não é líquido que vá funcionar melhor, sobretudo se nós não tivermos as condições para fazer isto. Cá estaremos, depois, quando for para discutir pessoal, despesas de pessoal, depois falta dinheiro para o investimento, falta de dinheiro para isso, não nós queremos as coisas clarificadas e é isto que este processo, infelizmente, podemos ter aqui uma oportunidade perdida de fazer uma verdadeira descentralização em Portugal.

Quanto à reorganização de serviços, chamar esse assunto à colação e comparar com outras câmaras é para além de extemporâneo, falacioso. Extemporâneo porque não tem nada que ver com preparação para novas competências, tem que ver com a possibilidade que as autarquias puderam ter, e nós também estamos a fazer o mesmo trabalho, de não tendo o espartilho que alguns partidos nos levaram a ter de contratação de pessoal, de redução do número de dirigentes, etc., estamos agora a adequar a estrutura à nossa possibilidade financeira e às necessidades da nossa organização e sê-lo-á feita preparada para qualquer cenário. Falacioso porque, afinal, os senhores nessas autarquias até votaram contra.

O que vos queria de novo referir, e sublinhar, é que este processo tem de ser clarificado e teremos oportunidade de voltar a discutir esta matéria e se houver clarificação daquilo como se faz, com que meios, que Finanças Locais vamos ter, nós estaremos preparados para passar dos novecentos trabalhadores, quem me dera a mim ter novecentos já está muito abaixo, mas estamos a preparar-nos para ver se chegamos aí aos novecentos e trinta/novecentos e quarenta, que ainda só para algumas áreas, e passaremos para mil e trezentos trabalhadores, nós temos capacidade para isso, mas temos se nos derem os meios e depois senão estivermos aqui apenas a fazer recados. Eu vou deixar as questões depois da saúde, da educação, os mais pesados, porque ainda estamos à espera desses diplomas setoriais, para depois analisarmos se é isso até que as escolas querem em termos de autonomia, se é isso que alguns organismos querem porque esta coisa da saúde de nós ficarmos depois aí com os operacionais, com o carro para fazer os quilómetros aí nalgumas zonas, com a possibilidade de definir o horário do Centro de Saúde, que me interessa a mim ter um horário até às vinte e quatro horas se não tenho médicos, que poder é este da Câmara para aquilo estar aberto?

Isto, de facto, não é descentralização, falta aqui muita coisa, falta a regionalização, mas disso não quero agora, também, aprofundar muito.

Este processo tem de ser melhorado, e se nós fizermos sentir isto ao Governo do país, e à Assembleia da República, creio que ainda há espaço para em sede própria ele ser melhorado e não ser uma rasteira, pregada aos municípios que hoje vão comer um rebuçadinho doce para as suas populações "…*ah, eu agora até vou fazer mais umas coisinhas, se calhar as pessoas até vão gostar mais de mim, etc….*", mas depois ficamos com amargo de boca, ou ficamos com fome, porque não conseguimos fazer as coisas sem meios.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho um pedido do Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Em dois tempos, às vezes fazem-se brindes em três agora é em dois. Para o Domingos, eu não o quero seduzir de maneira nenhuma, nem a si nem à Bancada da CDU, a minha intervenção é uma intervenção que pretende única, e exclusivamente, esclarecer um ponto de vista, mais nada. Sei que gostou até determinado ponto, deixou de gostar mas, efetivamente, não era objetivo meu que gostasse até ao fim.

Segunda nota para o Sr. Presidente. Eu não vim aqui avaliar a Associação Nacional Municípios, entendo que o senhor terá objetivamente uma perceção diferente da minha, que é uma perceção daquilo que me dizem e daquilo que me contam em relação à sua experiência, não vou claramente tentar equivalê-lo a esse nível, aliás perderia certamente dez a zero, mas gostava de lhe dizer que noto nas suas palavras alguma tendência, tentação diria mesmo, para estar na negociação, querer ter as coisas cá deste lado, e aquilo que o senhor perde ao fazer isto e proposta é que não consegue experienciar e se o senhor não experiencia, o senhor não avalia, o senhor anda sempre ouvir o que os outros lhe dizem, o meu amigo tem esta dificuldade. Repare, o senhor disse aqui "*Os funcionários dos Ministérios não fazem contas.*", deram-me um telemóvel, que diz assim, o telemóvel, obviamente: "*Presidente da República promulga diplomas do Governo, considerando que o Governo confirmou e a Associação Nacional Municípios reconheceu que, e passo a citar: as verbas referentes ao envelope financeiro da descentralização estão já inscritas em sede de Orçamento de Estado, para dois mil e dezanove, nos programas orçamentais dos Ministérios respetivos, que estas dotações serão assim transferidas para cada município pretendidas a ser já em dois mil e dezanove as competências transferidas, no âmbito do processo descentralização, e que os mecanismos necessários à execução financeira dos diplomas sectoriais são expressamente previstos no decreto-lei de execução orçamental*."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Onde é que está o decreto-lei de execução orçamental?"

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Onde é que está?

Estão, ou seja, está escrito que há…"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Quanto é que é por escola secundária, diga-me."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Quanto é que o senhor atribui a cada escola secundária neste momento?

Bola, bola."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Nada, nem tenho que atribuir nada."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não, mas há municípios que atribuem.

Está a ver a diferença? Há municípios que atribuem da sua livre e espontânea vontade e há muito tempo que o fazem, exatamente, há municípios que pagam os transportes escolares aos alunos do secundário…"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Dão ao secundário menos do que aquilo que nós damos ao primeiro ciclo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Sr. Membro da Assembleia continue.

Sr. Presidente, vamos ouvir."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Só para dizer…"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Ainda bem que já dão, é porque não precisam do dinheiro."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"O senhor disse aqui, pois não, eventualmente não precisam porque, com certeza, não chegam ao fim do ano e têm sete milhões de euros por concretizar.

Está a ver, a diferença é só essa, a diferença é só essa. O senhor disse aqui e ficou na ata que os trabalhadores dos serviços centrais vão ser despedidos…"

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Há serviços que vão fechar não tenha dúvidas."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"E que os funcionários dos Ministérios não sabem fazer contas. Aparentemente já há algumas contas aqui feitas."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Eu não disse que não sabiam, não têm as contas feitas."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não, não, o senhor disse que não sabiam, o senhor disse que não sabiam fazer as contas, disse que não sabiam fazer as contas, eu até registei.

Eu tenho alguma dificuldade, e não vou discutir Vala de Salgueirinha nem nada disso de maneira nenhuma, em percecionar alguns movimentos no concelho desde o nosso velho tempo de dois mil e um, em que íamos transformar o Pinhal Novo numa cidade jardim, ao facto de termos um buraco na praça da Independência, na rua da Lagoa da Palha de frente para a praça da Independência, que hoje apareceu lá uma coisa a dizer que é obra da SIMARSUL, há mais de um mês, dois meses? Eu digo um porque sou sempre um tipo muito simpático, eu não percebo, então é há mês, que fique na ata que eu disse um mês, muito obrigado. Há mais de um mês que aquilo está por regularizar, o Domingos passa lá todos os dias, eu também, já está regularizado hoje? Peço desculpa, às oito e meia da manhã quando eu lá passei, não estava. Como é que conseguimos ter um buraco por regularizar no centro da vila durante um mês e não conseguimos depois ter capacidade para outras coisas. É isto que eu não consigo compreender, há aqui algumas dissonâncias que não estão claramente em acordo.

Percebo das suas palavras, e fico satisfeito, por uma coisa que disse que é: "*…não desiste da luta…" e que "…na Associação Nacional Municípios há muitos municípios que pretendem sair e que o senhor não o fará…*" eu com isso fico satisfeito, acho que devemos estar nos sítios para ser nos sítios próprios que discutamos as coisas.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho um pedido de palavra da CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e aqueles que ainda nos acompanham a esta hora neste debate.

Eu acho importante que a gente traga aqui a questão de termos ou não termos meios para fazer, mas pior do que isso tudo é não termos conhecimento de que meios teremos para assumir responsabilidades que as pessoas exigem que seja uma resposta para elas e, isto em relação aquilo que foi dito que a autarquia teria, certamente, eu já não vou dizer os amendoins com a versão inglesa, mas que não lhe custaria nada assumir esta e outras competências. Sim, custaria, porque se tivermos que optar por o buraco que estava há um mês, porque tínhamos falta de recursos, imaginemos quando temos que cumprir outras competências que nos são dadas e não chegam os meios para tapar o buraco, porque temos que cumprir aquelas que nos comprometemos e não vieram fundos. E, eu, falo aqui enquanto Presidente de Junta dando um exemplo: é competência das juntas de freguesia subsídio de expediente e limpeza e telefone às nossas escolas do primeiro ciclo e fazemo-lo com todo o gosto, no caso de Quinta do Anjo até o ampliamos, foi uma transferência da Administração Central. Quanto é que foi o acréscimo do Fundo de Financiamento das Freguesias por essa competência? Zero. Estamos a falar de factos, se eu somar os sete mil euros, que estão no orçamento que foi aprovado na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, desde que foi atribuída esta competência à junta, imaginem quanto nos falta. É esta questão que estamos a falar, estamos a falar de questões objetivas, de dinheiro que é preparado num orçamento para realizar um conjunto de tarefas para servir melhor a nossa população e estamos agora perante um conjunto de propostas de assunção de novas competências sem sabermos que meios teremos para as realizar e dizer que no caso das freguesias até é simples. Desde dois mil e oito a dois mil e dezanove, isto é resultado do Encontro Distrital da ANAFRE -

Associação Nacional de Freguesias, ficaram com a lei travão por transferir, para as freguesias, cento e noventa e oito milhões de euros. Não estamos a brincar, estamos a falar de uma Lei de Finanças Locais que não é cumprida, que todos os anos tem uma lei travão que impede que as justas verbas sejam transferidas para as autarquias e estão-nos a colocar, agora, na eminência de recebemos competências por via de um processo designado de descentralização, e de reorganização, do Estado sobre o qual materialmente não sabemos, temos as intenções, teremos aquilo que não queria dizer, teremos o processo ideológico em curso, mas não temos o processo material que nos permita a nós, objetivamente, pronunciarmo-nos se sim, se conseguimos servir melhor as populações do que o Estado Central.

Já agora, a talhe de foice, dizia que, recuperar duas notas até porque se falava aqui de estarmos informados e não estarmos, na segunda-feira tivemos um programa televisivo "Prós e Contras", e não me não me inibo aqui de lhe fazer publicidade, que era sobre este tema e teria sido interessante que todos tivéssemos visto o programa, ou pelo menos ainda podemos ir atrás ver, e temos autarcas do Partido Socialista a perguntaram ao Secretário de Estado sobre uma das competências, sobre o jogo, a dizer: *"…então Sr. Secretário de Estado nos últimos cinco anos no meu município, quanto é que eu recebi que é para saber o que é que ponho na receita possível…"* . Não, ele disse que sabia mas não conseguiu dizer, não, mas tinha essa e tinha outras, vimos os dois o mesmo debate, ele disse que sabia mas não tinha em estúdio. Não, e eu digo-lhe mais, já agora acrescentamos aqui duas ou três coisas, estávamos a falar há bocadinho de lei, o artigo quinto da lei cinquenta, diz no ponto três, que: *"…são inscritos no Orçamento de Estado dos anos dezanove, vinte e vinte e um, os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização…*", não, não são, não foram inscritos ao contrário daquilo que teve a dizer agora que estão nos diferentes Ministérios. Aquilo que diz a lei não foi cumprido, e eu acrescento mais no número sexto é garantido o acesso das autarquias locais, das entidades intermunicipais, das entidades do setor empresarial ou sistemas de informação utilizados e acrescenta no número três "…*é criada a comissão de acompanhamento da descentralização integrada por representantes de todos os grupos parlamentares, da Associação Nacional de Municípios e da ANAFRE…*". No próprio debate, e ainda bem que tenho ali alguém que viu o debate, o Presidente da ANAFRE disse claramente: "…*a comissão não está criada e não temos elementos que possamos partilhar todos…*". Ora, se o Presidente da ANAFRE diz isto mesmo, que a comissão não está criada e não tem elementos para partilhar entre eles, claro que as juntas de freguesia não receberam fundamentos, nem elementos, que lhes permitam avaliar e as autarquias também não aconteceu, mas eu acredito que se venha a resolver.

Há bocadinho disse a questão que legislamos muito e regulamentamos mais tardiamente o que nos cria um obstáculo funcional, mas há outros obstáculos que nos criam. Eu presumo que todos aqui, como somos gente interessada na política pública, esteja informado do debate que vai haver no dia doze e treze na Assembleia da República e no ISCTE sobre Descentralização e Reorganização do Estado. Eu chamava a atenção de que já legislamos, já temos diplomas, e vai agora ser apresentado o resultado do inquérito "Atribuição de Competências às Autarquias", agora começamos a trazer os resultados do estudo depois de termos posto a lei. Não, é por isso mesmo, não é mais um estudo este foi o que foi encaminhado, e já agora dizer-lhe o Presidente da Comissão Independente para a Descentralização vai apresentar os resultados, que é o João Cravinho. Como foi dito no Congresso da ANAFRE, este estudo devia ter precedido este processo, não ao contrário, não ter o processo em causa e estarmos a apresentar o estudo *a posteriori*.

Era só para dizer que as nossas dúvidas são muitas vezes materiais, ninguém está contra a descentralização, e não servimos pior por sermos cautelosos em relação à aplicação das verbas que já alocámos a programas para gerir as nossas freguesias e o município durante o ano em causa, porque se aceitarmos alguma coisa vai ter que ficar pelo caminho. Todos nós sabemos, e os senhores também o sabem, que os orçamentos são finitos.

Era só isto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra novamente o Bloco de Esquerda, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Ora, muito boa noite, cumprimento a Sra. Presidente e, na sua pessoa, todos os outros aqui presentes.

Eu acho que, às vezes, nós tendemos a ser um bocadinho filosóficos, não é? E achamos que faz sentido, ou porque nos dizem, ou por uma questão partidária, e, às vezes, temos de ser um bocadinho mais terra a terra e pensar num exemplo claro. Eu penso que nenhum de nós aqui presente nesta sala compraria uma viagem sem saber qual é o destino, a não ser que quiséssemos ir que nem aventureiros, só de mochila às costas, sem saber se vou comer amanhã, se não vou, se vou andar de mota na Tailândia, se vou fazer quinhentos quilómetros a pé ou se vou andar de comboio de um destino para o outro.

Eu penso que, se for no caso de uma família, nós quando compramos uma viagem compramos uma viagem e precisamos de saber a que horas chegamos ao destino, que dinheiro é que precisamos, qual é a moeda, a quantidade de dinheiro que precisamos para aqueles dias, quanto é que vamos gastar em alimentação, quanto é que vamos gastar em deslocações, quanto é que vamos gastar em hotéis, pelo menos se não quisermos ser aventureiros, é isso que devemos fazer.

Nenhum de nós aqui presente quer ser aventureiro nesta questão e, mais uma vez, aquilo que a Bancada do Bloco de Esquerda quer avisar, e quer dizer, é que nós não estamos contra a viagem, nós somos a favor da viagem, agora não estamos é para ser aventureiros, não queremos, porquê? Porque as pessoas não podem ter o resultado aventureiro que, ok, um dia, vou comer na praia aquilo que os pescadores pescarem, no outro dia não sei, como uma baguete ou como uma barrinha energética. Não, estamos a falar das pessoas, estamos a falar de cidadãos, estamos a falar de coisas muito sérias e não se pode entrar nesta viagem sem saber o custo de cada itinerário, de cada pacote, que vamos adquirir.

Mais uma vez, aquilo que pedimos e aquilo que queremos reafirmar é que o devemos fazer, mas em consciência, não é comprar a viagem e depois mais tarde saber quanto é que custa cada trecho da viagem, porque é isto que o que o colega de bancada José Carlos nos está a dizer. Está a dizer que comprem a viagem que ela é muito boa, porque me disseram que é muito boa, que já existem pessoas que lá foram e que disseram que é muito boa mas, depois, não me sabe dizer quanto é que custa cada trecho do itinerário. Não, não me sabe dizer, não me sabe dizer, o senhor diz que sabe porque lhe disseram, porque há um estudo que lhe disseram, há um estudo, pode é haver muitos estudos, mas o senhor não sabe verdadeiramente se eu lhe pedisse para me entregar os papeis desta viagem e dizer, exclusivamente, quanto é que custa isto, isto, alimentação, despesas em viagem, de táxi, Uber, e vamos extrapolar isto. Tem de estar tudo discriminado, é preciso saber, claro que sim, se for em família vai fazer isso, não leva nada uma cópia, não, estamos a falar de aventureiros e o que estamos a ser aqui coniventes é com uma aventura, estamos a ser coniventes com uma aventura sim, esta é a realidade.

Mais uma vez, a Bancada do Bloco de Esquerda o que quer referir é que, neste momento, os cidadãos não merecem que sejamos aventureiros nesta temática.

Tenho dito, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra novamente pelo MIM, Luisa Paulino."

**A Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Para responder aqui à colega Tânia do Bloco Esquerda.

Isso realmente faz tudo muito sentido se não houvesse a imposição de, em dois mil e vinte e um, aceita de qualquer forma, entre qual é o mal menor, é aquele que se recebe em dois mil e vinte e um da forma como está tudo de uma vez só ou é as câmaras terem agora possibilidade de se prepararem?

Filosófica, colega, foi você tentar enquadrar isto numa viagem. É viagem, pode ser uma viagem, mas não é nos termos em que está a dizer, porque há um fator que se estão a esquecer que é em dois mil e vinte e um, ou aceita ou aceita.

É só isto."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

(gravação não audível)

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Então, mas não é uma questão de haver ou não haver, é o que é, a gente tem que falar sobre aquilo que é."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Vou voltar a dar a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu reitero a posição, o Fundo de Financiamento da Descentralização é além de opaco completamente insuficiente e isso ficou demonstrado pelas contas que vários municípios fizeram. Quem não mostrou as contas feitas foi o Estado (Governo) e, por isso, as Bancadas Parlamentares fizeram baixar à Comissão até que esses montantes sejam avaliados. Porque também o CDS não está contra a Descentralização. Agora não é embarcando, não sei se é em viagens se é em filosofias. Isto é uma Lei, a lei tem um orçamento dependente dela e nos orçamentos as verbas têm que ser inscritas, tal como nós somos obrigados a inscreve-las em termos de orçamentos do Executivo Municipal, também o Estado (Governo) tem essa obrigação e é aí que consideramos que há opacidade.

O Governo tem que esclarecer se quer tornar isto mais claro, além de que em dois mil e vinte também não sabemos, se estamos cá todos, se estão os mesmos, se estão outros, se há outras coligações. Não podemos partir com estas certezas que em dois mil e vinte é assim e já está, porque certezas dessas em política não pode haver, até que podemos "falecer" todos entretanto.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que estamos em condições de concluir esta discussão e de avançar para a votação.

Se não houver outras intervenções, vamos preparar a votação."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (catorze da CDU e dois do BE), onze votos contra (nove do PS e dois do MIM) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.**

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"O Partido Socialista vai entregar à Mesa uma declaração de voto."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete